

-----ATA N.º 01-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014-----

-----Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 20.30 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e Votação da 1.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2014, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09.--

-----**2.º Ponto** – Autorizar, nos termos do n.º 3 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3.09, que a certificação legal de contas do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento prevista, no n.º 3 do art.º 76, seja efetuada em termos autónomos.-----

-----**3.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual –Empréstimo IHRU - Programa Reabilitar para Arrendar - Mais Boavista e Equipamentos Coletivos no Centro Histórico de Torres Vedras em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro.-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de ampliação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras, tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º 13.º do Decreto -Lei n.º 307/2009 de 23.10 na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14.08.-----

-----**5.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para a zona de Boavista/Olheiros na cidade de Torres Vedras, tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º 13.º do Decreto -Lei n.º 307/2009 de 23.10 na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14.08.-----

-----**6.º Ponto** - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal, para construção de equipamento social – Lar de Idosos - Casal Mil Homens – Casal Novo - Melroeira – Freguesia do Turcifal requerido por José Manuel da Silva Taborda, referente ao processo de Obras IO 10//2013 tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º130.º do PDMTV em vigor.-----

-----**7.º Ponto** – Eleição de um representante da Assembleia Municipal de Torres Vedras para integrar o Conselho Consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira previsto na alínea b) do art.º 11.º do seu regulamento.-----

-----**8.º Ponto** – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei 7/2003, na redação dada pela lei 41/2003 de 22.08.-----

-----**9.º Ponto** – Nomeação do Conselho Municipal de Educação para o mandato de 2013/2017, em cumprimento do art.º 6.º da Lei 7/2003.-----

-----**10.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei

75/2013 de 12.09.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Rita João de Maya Gomes Sammer, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, Marco Henriques Claudino, Francisco João da Fonseca Inácio, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Isabel Marques Fiéis, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Vítor José dos Santos Fernandes, Renata Filipa dos Santos Romão Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Secundino Campos Oliveira, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso. -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano.-----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Primeiro Secretário Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados 2 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Carta da embaixada da Africa do Sul em Portugal de 5 de fevereiro a agradecer o voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela que a Assembleia deliberou em 19 de dezembro.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail de Rita João de Maya Gomes Sammer, de 18 de fevereiro a informar que por motivos pessoais inadiáveis não pode comparecer à sessão, pelo que solicita que seja considerada a

justificação da sua falta e a sua substituição.-----

----Foi convocada e encontrava-se presente Marta Filipe Sousa Geraldês.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou a justificação de falta apresentada.-----

----O *Sr. Presidente da Mesa* deu nota que através da informação n.º 39/2014 da Secção de Contratação Pública foi alertado para a necessidade de fixar o valor do seguro e nos termos do n.º 2 do art.º 50.º da Lei 75/2013 de 12.09 colocou à consideração incluir este assunto na ordem do dia, tendo obtido a anuência de todos os presentes-----

----Assim, informou que o assunto: Seguro de acidentes pessoais dos membros do Órgão Deliberativo – fixação do valor, ao abrigo no n.º 1 do art.º 17.º da Lei 29/87, alterada pela Lei n.º 52-A/2005 de 10.10, seria o primeiro assunto da ordem do dia.-----

----A seguir deu nota do falecimento de Secundino Outeiro Pereira, que foi vereador da Câmara Municipal, e de João Mergulho, ex-motorista da Câmara Municipal. Este último acompanhou até à sua reforma todos os presidentes de câmara e da comissão administrativa e ficaria contente se os “visse” todos presentes no seu funeral, pois ilustra o que ele era, a sua bondade, e a amizade e simpatia que todos tinham por ele. Gostaria que aprovassem votos de pesar em suas memórias.-----

VOTO DE PESAR – DR. SECUNDINO PEREIRA:-----

----Em complemento às palavras do Presidente da Mesa, sobre os cidadãos que faleceram, o *Sr. José Augusto de Carvalho* disse que tinha compilado algumas palavras, que compõem os votos que seguir se transcrevem.-----

----“O Dr. Secundino Outeiro Pereira que nos deixou recentemente, foi um membro da nossa Câmara Municipal no 1.º e 2.º mandatos de democracia. Foi em Torres Vedras, durante décadas, professor do ensino liceal, hoje designado ensino secundário. Profissional qualificado e competente cidadão com exemplar integridade de carácter, por si passaram sucessivas gerações de alunos aos quais, sem provavelmente tomar disso consciência, prestou um inestimável contributo para os respetivos projetos de vida.-----

----Como professor, constituiu uma referência que nesta oportunidade o Grupo Municipal do PS tem o gosto, embora nestas circunstâncias dramáticas, de assinalar.-----

----Como atrás referi deixou a marca do seu carácter, na sua dimensão cívica, em dois mandatos sob a presidência do Dr. Alberto Manuel Avelino, tendo o gosto de eu próprio ter sido seu colega.-----

----Desse período de trabalho conjunto a imagem mais impressiva que nos deixou foi a da atenção e da profundidade com que estudava as questões submetidas a deliberação do Executivo, o que decerto não era alheio à sua formação académica e atividade profissional.-----

----Por isso por parte do Grupo Municipal do PS, a nossa homenagem e o nosso pesar.”-----

----Pedi para intervir o *Sr. Luís Carlos Lopes* para dar nota que o Dr. Secundino Pereira foi um

ilustre membro do PSD, e também um munícipe atento, participante nas atividades de Torres Vedras não apenas como autarca, nos mandatos já referidos, mas também posteriormente à diminuição da sua atividade política, em diversas associações, especificamente na APECI.-----

----Foi seu professor, quando tinha 10, 11 anos e ao longo dos anos apreciou algumas intervenções que foi fazendo e a sua participação política. Deu nota ainda de que independentemente da sua idade e da doença que o atingiu, nunca deixou de participar, e até à data do seu falecimento era um membro ativo com quotas em dia no PSD.-----

----Por fim disse que gostariam de se associar ao voto do João Mergulho, fazendo em memória dos dois um voto de silêncio, como já fizeram em circunstâncias análogas.-----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade mandar lavrar em ata o voto de pesar, e dar conhecimento do mesmo à sua família.-----

VOTO DE PESAR – JOÃO MERGULHO:-----

----O *Sr. José Augusto de Carvalho* leu o seguinte voto de pesar:-----

----“ A morte roubou-o há poucos dias ao nosso convívio e dos seus familiares e amigos, um homem bom, e exemplar profissional, de seu nome João Mergulho.-----

----No pós 25 de Abril trabalhou com Francisco Manuel Fernandes, então Presidente da Comissão Administrativa da nossa Câmara, bem como com o 1.º Presidente Alberto Avelino e comigo que o sucedi. Esteve comigo durante 12 anos como motorista do Presidente da Câmara como o fez com quem me antecedeu.-----

----Pessoa simples, simpática, afável, prestável, o Sr. João Mergulho não era apenas amigo do seu amigo, mas sim amigo de toda a gente que com ele se cruzou na vida. Alguém que se fazia respeitar e era respeitado. Homem honrado que prezava a liberdade e não menos a dignidade.-----

----Durante os longos anos em que percorremos juntos centenas de milhares de quilómetros, igual e invariavelmente evidenciou, ser um excelente profissional. Nunca tivemos um acidente de viação digno desse nome, mas muitos ele evitou com origem em terceiros.-----

----Disponível, pontual, paciente, tranquilo e discreto eis alguns dos atributos que ao primeiro contacto nele se detetavam e tudo isto para além de sempre ter desempenhado, com incedível zelo, as suas responsabilidades relativamente ao veículo que lhe estava atribuído.-----

----Ao deixar a presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras, não perdi então um amigo, que continuou a ser, mas perdi um colaborador singular, um colaborador único, que nunca esqueci nem esquecerei enquanto a minha memória perdurar. Poucos meses passados o Sr. João Mergulho aposentou-se.-----

----Obrigado Sr. João Mergulho, paz à sua alma “.-----

----O *Sr. João Bernardes* salientou, em nome do grupo municipal do PCP, força partidária da qual o Sr. João Mergulho era militante, a força e a alegria que sempre deu à luta do seu partido, uma

faceta dele que gostariam de registar.-----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, mandar lavrar em ata o voto de pesar e dele dar conhecimento à família.-----

INTERVENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL DO PCP:-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* começou por manifestar o seu desagrado pelo facto de não lhe terem sido facultados os documentos referentes à ordem de trabalhos em suporte de papel como já tinha solicitado.-----

----Manifestou também o seu desagrado por ter verificado que nada foi feito relativamente a todos os assuntos que o PCP trouxe ao conhecimento do Órgão Deliberativo desde o início do presente mandato. Se as intervenções deste grupo partidário não forem consideradas então não vale a pena cá estarem, e não é assim que entende a democracia.-----

----Relativamente aos documentos em papel o *Sr. Presidente da Mesa* informou seriam fornecidos ao membro a partir da próxima sessão.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TERRENO PARA O CENTRO EDUCATIVO DO RAMALHAL:-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* interveio no sentido de alertar que o terreno destinado ao Centro Educativo do Ramalhal, anunciado no programa eleitoral do PS que não foi executado pode ter algum aproveitamento, ao invés de estar abandonado.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* concordou que os terrenos podiam ter outro aproveitamento, havendo ideias para o efeito. Só espera que não tenha o aproveitamento que teve no passado, referindo-se concretamente às barracas clandestinas que lá existiram e que a autarquia teve que demolir a expensas suas.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADAS DO CONCELHO:-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* alertou também que há pelo menos duas estradas no concelho, onde há acidentes sistemáticos, referindo-se a uma curva na EM entre a Serra da Vila e Capa Rosa e também na EN 8-2 entre o cruzamento Perna de Pau e Boavista/Olheiros.-----

----No seu entender quando a PSP faz os levantamentos dos acidentes também devia fazer um relatório sobre a causa dos mesmos, pois são demasiados. Sugere a colocação de um piso antiderrapante para que fossem eliminados esses acidentes.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a sinalização neste local já foi reforçada o que espera que diminua os problemas.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DOS RIOS:-----

----O *Sr. Francisco Branco* começou por referir que têm tido um inverno bastante rigoroso, com

precipitação elevada e ventos fortes. Tem sido uma situação nefasta para todo o país e considera que é o momento certo para motivar todos os cidadãos e entidades públicas e privadas para terem uma maior consciência em respeitar o ambiente e cuidar da natureza pois esta, por vezes, prega algumas partidas.-----

-----Depois deu nota que no passado dia 11 de fevereiro verificou que o caudal do Rio Sizandro junto à Galp, quase que “beijava” o alcatrão, para constatar que a Câmara Municipal nos últimos anos, tem cumprido rigorosamente o aforismo “mais vale prevenir do que remediar”.-----

-----Tem tratado das linhas de águas dos principais rios do concelho e ainda no ano passado retificou o leito da Ribeira das Voltas contribuindo também para que a cidade, neste mês de Fevereiro, não fosse alagada com a água das cheias. -----

-----Assim, deixou o seu bem haja na certeza que este investimento terá que continuar nos próximos anos porque nunca sabem o que a natureza lhes reserva.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu a referência elogiosa do membro.-----

-----Deu nota que foi a primeira vez que testaram o canal alternativo à Ribeira das Voltas, o qual funcionou uma vez que o Bairro Silvestre não teve cheias, o que não acontecia de há muitos anos a esta parte.-----

-----Sabem que por baixo do Centro Comercial Arena a situação ainda não está resolvida, mas esperam que com as obras do Pólis e com a regularização daquela rotunda, isso aconteça.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL:-----

-----O *Sr. João Bernardes* questionou qual o ponto de situação referente ao pagamento dos figurantes do Carnaval do ano passado.-----

-----Aproveitou para informar que o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, apresentou uma proposta de lei no sentido de a terça-feira poder ser feriado. Este governo retirou-lhes quatro feriados e perante a importância do evento fizeram esta proposta, a qual foi rejeitada pelos partidos da maioria, com os votos favoráveis de toda a oposição.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes*, representante do CDS-PP reafirmou o desacordo com a cobrança do Corso Trapalhão, no entendimento de que não é bom para o evento.-----

-----No entanto, estão de acordo com o conteúdo do edital referente aos horários estipulados para os bares durante os festejos do Carnaval, que foi em tempo e pelo qual felicitam a Câmara.-----

-----Relativamente aos figurantes o *Sr. Presidente da Câmara* informou que as verbas foram pagas pela Promotorres dois meses antes, como tem sido regra.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSMISSÕES ONLINE DAS SESSÕES/REDE WIRELESS:-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* solicitou que os partidos da oposição possam ter acesso à gravação das

transmissões online das sessões. Reforçou também o pedido feito na sessão anterior no que se refere ao reforço do sistema de Internet sem fios (Wifi) neste edifício.-----

----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que os serviços já estão a tratar do assunto.-----

----Informou ainda que as gravações das sessões podem ser disponibilizadas, após a aprovação do texto definitivo das atas.-----

----Em complemento a esta informação o *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que já há sinal rede, mas estão ainda a afinar a intensidade. Informou ainda que as gravações deste mandato estão disponíveis no site da Assembleia Municipal.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTROS EDUCATIVOS - EB1/JI DA PONTE DO ROL E EB1/JI INTEGRADA NA EB2 DE CAMPELOS:-----

----O membro *António Fortunato* pediu a palavra para manifestar a sua satisfação, como ponterrolense, por ver finalmente o centro educativo em título com “pernas para andar”.-----

----Pensou que poderia ser uma realidade, quando na inauguração do Centro Educativo da Ventosa o edil lhes deu conhecimento de que havia umas verbas que não tinham sido utilizadas e que Torres Vedras se iria candidatar às mesmas no campo da educação. Foi uma realidade para Campelos e para a Ponte Rol que muito os orgulha e para a qual os ponterrolenses agradecem os esforços efetuados pela Câmara Municipal.-----

----A Presidente da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, Sra. *Natalina Luís* disse que nos últimos dias teve conhecimento de que a candidatura para a construção do Centro Educativo de Campelos foi aprovada e que o prazo de execução para a obra termina em abril de 2015, a qual alterará por completo a actual situação pedagógica em Campelos.-----

----Assim deu nota que nos últimos 30 anos o quotidiano mudou por completo, mas nas salas de aula de Campelos as condições pedagógicas continuam muito semelhantes ao que eram há 30 anos. Estas realidades opostas provocam cada vez mais desinteresse, porque os alunos não se revêem na realidade do meio escolar.-----

----Deu nota ainda que por falta de condições físicas transportam diariamente 76 alunos para as refeições do almoço e 136 alunos para as actividades de enriquecimento curricular, sendo que o tempo e a energia dispendidos para estas situações poderão ser depois canalizados para outras actividades mais estimulantes.-----

----Considera que as melhores condições pedagógicas não são por si só a única fonte de estímulo, mas irão contribuir em grande medida para motivar os alunos, professores e auxiliares, proporcionando uma maior produtividade e interesse, podendo criar no futuro plano social e profissional, pessoas mais capazes e empreendedoras, o que é motivo de grande orgulho e esperança para todos.-----

-----Deste modo em nome de toda a comunidade de Campelos agradeceu o empenho do executivo da Câmara, destacando em especial o trabalho do sector e vereadores da educação. Foi uma realidade imaginada pelo Sr. Vereador Tomé Borges e que hoje é um pouco mais real graças ao trabalho continuado da Sra. Vereadora Laura Rodrigues.-----

-----Terminou com um provérbio chinês que ilustra algumas palavras da sua intervenção.” Se os teus projectos forem para um ano - semeia o grão. Se forem para dez anos - planta uma árvore. Se forem para cem anos - educa o povo.”-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a estratégia da autarquia para verem aprovadas as candidaturas para as duas escolas foi bem sucedida.-----

-----Deu nota ainda que na última reunião do Executivo aprovaram a adjudicação das empreitadas, e esperam ter as obras prontas na primavera para funcionar no próximo ano letivo, para bem da população destas freguesias e também de todo o concelho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PORTUGAL CITY BRAND RANKING:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* deu nota que no passado dia 12 de fevereiro receberam, remetido por e-mail pelo Sr. Presidente da Câmara, um estudo que se traduz num ranking, sobre os 308 municípios portugueses.-----

-----Trata-se de um estudo realizado pela primeira vez em Portugal, pela “Bloom Consulting” que já realizou diversos estudos noutros países. No mesmo são considerados os vetores, negócios, turismo e qualidade de vida.-----

-----Está subjacente a este estudo a marca, a imagem de cada território, que importa saber valorizar para que o mesmo seja cada vez mais atrativo e os resultados obtidos traduzem isso mesmo.-----

-----Disse que Torres Vedras ficou classificada em 19.º lugar, a nível nacional, em termos de região centro que comporta 100 municípios em 5.º lugar e em termos de região oeste com 12 municípios ficou em primeiro, o que são classificações que não podem deixar de constituir um orgulho e um desafio, não apenas para o Executivo mas para qualquer torriense.-----

-----Referiu que os resultados alcançados se devem à afirmação da imagem ou marca Torres Vedras e isso funciona a crédito do Executivo Municipal, na medida em que tem tido uma visão clara do futuro. Todos sabem os tempos que vivem, que não são fáceis e o prosseguimento desta estratégia, não se fará sem recursos, nomeadamente financeiros, para atrair novos investimentos, novos turistas, garantir condições de fixação de novos residentes, ou mesmo atrair talentos específicos, sendo um desafio permanente.-----

-----Reafirmou que se trata de resultados excepcionais, são estimulantes mas não são obra acabada, por isso referenciou a permanência do desafio que os mesmos envolvem. Impõe-se assim continuar a acautelar a definição de prioridades, ou seja impõe-se o reforço da percepção da boa imagem de

Torres Vedras no exterior, e que ela continue a passar como algo interessante, algo de atrativo.-----

----Concluindo endereçou os parabéns ao Executivo Municipal.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que se trata de um ranking elogioso não só para a Câmara Municipal mas para todos os torrienses e tecido empresarial torriense.-----

----Enaltece-os serem o 12.º concelho do país em termos de negócios, quando tantos dizem o contrário. Também os enaltece terem margem de progressão em termos de turismo uma vez que ocupam o 42.º lugar, sendo o desafio poderem ser melhores na certeza que já são muito bons.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REGULAMENTO DE ESTACIONAMENTO CARGAS E DESCARGAS E REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

----Tendo terminado há poucos dias o período de discussão pública sobre as alterações ao regulamento em título, o *Sr. João Pedro Gomes* interveio no sentido de partilhar algumas preocupações.-----

----Deste modo referiu que estas medidas têm suporte num estudo realizado em 2007, que tem por base os Censos de 2001 o que denota, até pelo lapso de tempo que mediou, que estará bastante desatualizado.-----

----Referiu ainda que o procedimento de aquisição dos parquímetros decorreu na totalidade antes das eleições autárquicas, ou seja foi adjudicado a 20.06.2013 e o contrato assinado em 25.07.13 pelo que estranha que nada tenha sido referido aquando da discussão dos programa eleitorais.-----

----Se pode colher o argumento que a medida já vinha sido falada há um tempo, com esta amplitude de implementação nunca terá sido abordada, e entende que o povo devia ter sido mais informado na altura e que devia ter sido feito antes das eleições autárquicas.-----

----Como o CDS-PP já tem dito, preocupa-os as consequências junto do comércio tradicional, tendo o edil há umas sessões atrás defendido que estas medidas irão dinamizar o comércio tradicional, mas no entanto tem a certeza que irá ser precisamente o contrário.-----

----Esperam estar enganados, mas sabem que o tempo lhes dará razão. Também sabem que os comerciantes lutam arduamente para resistir, devido à crise económica e outras situações e não era pertinente, nem oportuno que houvesse mais esta barreira à atividade e à de atração de pessoas ao centro histórico, que todos querem dinamizar.-----

----Questionou quantas pessoas participaram na discussão pública, a qual entendem que foi útil, mas deveria ter sido mais abrangente e abarcar outro tipo de medidas mais estruturantes como por exemplo a deslocalização do Terminal Rodoviário, que permitirá retirar mais trânsito ao centro da cidade e assim resolver muitos dos problemas, que estas não vão resolver.-----

----Questionou também se o estacionamento vai começar a ser cobrado, enquanto a Barraqueiro não passar o transporte das diretas para a Expotorres ou se após.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que todo o sistema de mobilidade, em termos de terem uma cidade com parquímetros está aprovado desde 2007. Apenas foi modificado rua a rua se o estacionamento é misto, ou se é de residentes. Foi suspensa em parte a sua execução, mas não há nada a esconder e foi discutido e aprovado pelos Órgãos do Município.-----

-----A discussão pública vai a reunião do Executivo da próxima terça feira, tem 119 participações, mas nem todas são reclamações. Foi mais divulgada do que qualquer outra discussão pública, ou seja para além do convite à participação da população na 1.º página do Badaladas, ainda fizeram chegar um folheto a todas as residências, não só da cidade e as 119 participações são o reflexo disso mesmo.-----

-----Que este plano de mobilidade vá prejudicar o comércio tradicional, será o primeiro a propor o contrário porque foi feito para o beneficiar.-----

-----Explicou que todo este sistema de mobilidade é feito em 3 vertentes: todos aqueles que vêm para a cidade para terem o carro estacionado durante várias horas, tenham estacionamento de longa duração na periferia da cidade, gratuito. Assim permite deixar o estacionamento no centro da cidade liberto para quem vem aos serviços e ao comércio, sem prejuízo, dos residentes poderem ter um selo e estacionar nas áreas mistas e nas áreas de residência, da sua zona.-----

-----Pretende-se de alguma forma salvaguardar os direitos de todos e distinguir e de organizar três tipologias de pessoas que têm carro ou vem de carro para a cidade.-----

-----Sabem que se trata de um ponto de partida, não um ponto de chegada e vão ter que fazer bastantes afinações, mas sem experimentar, vai ser impossível de saber.-----

-----Também disse que seria bom que os problemas do comércio tradicional fossem só o estacionamento, pois infelizmente vão muito para além disso, ou seja falta de dinheiro, alguma incompetência de alguns comerciantes tradicionais e pelo seu atavismo. -----

-----Têm consciência que há cerca de 2000 pessoas que se servem da rodoviária para partirem de Torres Vedras para chegar a Lisboa, dessas 60% vêm de carro, pelo que têm muitos carros na cidade e será sempre incomportável ter concidadãos a pagar estacionamento à volta do Terminal, durante essas horas por dia. Sabem que este sistema só poderá funcionar na sua plenitude com uma deslocalização da Rodoviária.-----

-----Assinalou que aos dias de hoje a Barraqueiro está muito sensível a esta questão, que vê de uma forma diferente. Dos contactos que têm tido, é ponto assente que se irá deslocalizar para o Parque Regional de Exposições e neste momento já estão a trabalhar no sentido de criarem condições para ali operarem.-----

-----Reforçou que este sistema só poderá funcionar em pleno, quando esta deslocalização se concretizar o que deve acontecer em abril/maio. Se não se verificar, não quer dizer que o sistema fique bloqueado na sua totalidade, mas a Câmara terá que tomar posição.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CICLOVIAS:-----

-----O *Sr. Vítor Fernandes* aludiu ao jornal Badaladas de 27 de dezembro, onde noticia que a Câmara Municipal de Torres Vedras esteve presente no “1.º Working-Day – Plataforma pela valorização económica da bicicleta”, para lembrar que na sessão de novembro falou das ciclovias tendo o edil dito que se arrependia dessas suas iniciativas.-----

-----Por esta razão solicitou à Mesa para verificar essa intervenção, através da digitalização áudio, pedido que já foi reforçado pelo seu líder da bancada, e espera que seja aceite para poderem mostrar o que dizem nas sessões, provando qual foi o minuto e a hora.-----

-----Assim questionou se vão valorizar as ciclovias, se é uma aposta perdida, não vale a pena valorizar, e saber se as ciclovias vão ser realmente importantes como um ponto estratégico da economia de Torres Vedras e desenvolvimento social das crianças.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a Câmara Municipal está e continua a trabalhar na valorização das bicicletas.-----

-----Estão a reforçar algumas estações, alargando o seu âmbito e também a instalar novas estações de bicicletas no Bairro Arenas, Boavista-Olheiros e Conquinha.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO EDUCATIVO DO CASTELO – CENTRO INTERPRETATIVO DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. João Bastos* deu nota que da última vez que visitou o Castelo com os seus alunos, já tinha sido inaugurado o centro interpretativo, e achou o filme interessante e bem feito.-----

-----A propósito deste monumento e de o centro obrigar à permanência de um funcionário a tempo inteiro, achava importante existir um local onde os visitantes se possam dirigir para indicar que pretendem visitar determinado monumento sob marcação.-----

-----Reportou-se à Revista Municipal de janeiro/fevereiro onde é referido que está prevista a adaptação da capela do Forte de S. Vicente a Centro Interpretativo das Linhas de Torres, para lembrar que há uns anos atrás opinou sobre a feitura de um edifício no Forte da Forca para instalar este centro, tendo sido criticado pelo edil.-----

-----Deste modo vinha registar com agrado que a Câmara Municipal mudou de opinião indo ao encontro do que então propôs, não obstante terem gasto dinheiros a comprar terrenos e se calhar projetos, que dificilmente terão utilidade.-----

-----Também a propósito das visitas a este monumento, sugeria que as mesmas fossem por marcação tendo presente a sua localização que obriga a deslocamentos de carro, que pouparia ao município recursos logísticos e financeiros.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a Câmara não mudou de opinião naquilo que será a

construção de um Centro de Interpretação das Linhas de Torres no Forte da Forca, apenas entenderam que tinham que arranjar já um sitio de recepção e estadia para os visitantes das Linhas de Torres e esta é a solução imediata e menos onerosa. -----

----Esclareceu ainda que a médio longo prazo terão fazer um centro com outra dignidade e com outra representatividade no Monte da Forca tal e qual ele está planeado há algum tempo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOCÃO DE RECOMENDAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE EM TORRES VEDRAS:-----

----O Primeiro secretário da mesa leu a seguinte moção:-----

----“ O Partido Social Democrata em conjunto com a Juventude Social Democrata de Torres Vedras, vêm através desta moção recomendar que seja implementado, o mais breve possível, em Torres Vedras o Conselho Municipal da Juventude.-----

----Neste momento existe em Torres Vedras a Comissão Municipal da Juventude, Comissão esta que, além de raramente se reunir é um órgão que já não existe por lei.-----

----O Conselho Municipal da Juventude está estipulado pela Lei 8/2009 e com alterações efectuadas pela Lei 6/2012. Ou seja, há vários anos que o Conselho Municipal da Juventude já devia estar implementado no nosso concelho.-----

----No Conselho Municipal da Juventude, para além de fazerem parte as juventudes partidárias, associações de estudantes e restantes organizações de juventude (composição actual da comissão municipal), o conselho municipal permite integrar entidades públicas e privadas que no seu dia-a-dia lidam com actividades relacionadas com a juventude, como por exemplo representantes das escolas básicas e secundárias, representantes de associações desportivas, representantes de instituições de solidariedade que lidam com jovens...-----

----A integração destas entidades só acrescenta vantagens, porque a juventude é um assunto transversal a todo o município.-----

----O facto de estas entidades estarem todas presentes, num mesmo órgão, permite enriquecer o debate para que se consiga definir uma política de juventude para Torres Vedras.-----

----Queremos que o Conselho Municipal da Juventude seja o principal órgão impulsor de políticas concretas para todos os jovens torrienses!-----

----Por isso pedimos a esta assembleia a aprovação desta moção de recomendação para a implementação do Conselho Municipal da Juventude no concelho de Torres Vedras.”-----

----Ao abrigo do n.º 3 do art.º 48.º da Lei 169/99 de 18.09, na sua actual redacção, o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra à vereadora do setor para se pronunciar sobre este assunto.-----

----A **Sra. Vereadora Ana Umbelino** começou por assinalar que têm conhecimento da existência da figura em causa. Não a implementaram mais cedo não por desconhecimento, nem pela

transcendência dos procedimentos inerentes à sua implementação, mas porque consideram, mais importante do que multiplicar a existência de concelhos municipais pois já existem diversos a nível do território, concretizar ações e desenvolver um trabalho que seja eficaz e eficiente.-----

-----Têm diversas plataformas que são operativas e que funcionam, como seja o Concelho Local Municipal e o Conselho Local de Ação Social, e todas estas estruturas acabam por reunir os mesmos parceiros, porque as associações são as mesmas e são representadas pelas mesmas pessoas.-----

-----Julga que em primeiro lugar têm que ter a capacidade de olhar para o território, olhar para todas estas estruturas, ver como é que elas se relacionam e não cair na tentação de multiplicar redes pois do ponto de vista da intervenção muitas vezes cria-se entropia e ao invés de se tornarem mais eficientes e mais eficazes, acabam por estar a criar uma maior complexidade que obriga à interrelação entre estas estruturas todas, com perda de tempo e de energia por parte dos envolvidos.-

-----Assinalou ainda que a Comissão Municipal da Juventude existe e funciona. Se existem entidades ou pessoas que acham que deve funcionar melhor, sugere que apresentem em sede própria essas sugestões e não tem registo que a JSD tenha feito alguma sugestão no sentido de ser criado um Conselho Municipal da Juventude.-----

-----Parece-lhe que se a comissão não reuniu mais tem sido por indisponibilidade dos membros que fazem parte. O município teve que adiar algumas ações que constavam do plano de ação da referida comissão precisamente porque, por razões absolutamente legítimas, é difícil conciliar a agenda de todos os representantes.-----

-----Acresce que têm conhecimento quais são as atribuições dos conselhos municipais de juventude as quais são respondidas precisamente pela comissão municipal de juventude.-----

-----Concluiu indicando que são apenas considerações não pondo em causa a recomendação que foi apresentada.-----

-----Pedi a palavra a **Sra. Marta Geraldês** indicando ser estranho que seja necessário recomendar à Câmara Municipal para cumprir a lei. Percebem que se trata de uma necessidade real, visto que na opinião da Sra. Vereadora é algo que pode passar ao lado.-----

-----Referiu também que a sede própria para apresentar a implementação deste conselho é na Assembleia Municipal que é o órgão que cumpre visionar a ação, neste caso a inação da Câmara.----

-----Nunca foram contactados para integrar mais nenhum órgão e para além disto a Comissão Municipal de Juventude, onde podiam debater ideias e contribuir para Torres Vedras, já não reúne há mais de um ano e acharam por bem, pedir ao Órgão Deliberativo para implementar o mais breve possível o Conselho Municipal de Juventude.-----

-----Em complemento a esta intervenção e comentando a intervenção da Vereadora o líder da bancada Social Democrata, **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que se decorre da lei, pode demorar mais ou menos tempo, mas deve ser implementado.-----

-----Relativamente à multiplicação de órgãos lembrou que no dia 10 de fevereiro foi implementada a Rede Local de Educação e Formação de Torres Vedras, composto por 23 entidades, a qual acha que vai ser muito importante.-----

-----Hoje vão deliberar sobre o Conselho Municipal de Educação, e certamente que existem outros órgãos muito parecidos, cuja ação possa cruzar-se, sem que se tornem inúteis.-----

-----Também considera que pelo facto de haver uma comissão e agora ser pedido o conselho não havia necessidade de dizer que havia uma reposição ou era assunto recorrente.-----

-----Referiu que a proposta da JSD é válida, e o PSD encara-a como sendo sua e vão a votos.-----

-----Pedi para intervir a *Sra. Claudia Ferreira* para solicitar que sejam feitas algumas alterações à moção.-----

-----Assim, no 2.º parágrafo retirar “além raramente se reunir”, pois não sabem de facto há quanto tempo não reúne e no 7.º parágrafo retirar “seja o principal órgão impulsionador”, por considerarem que um conselho municipal de juventude, tem que ser um órgão impulsionador e deve ser respeitado, mas não foi democraticamente eleito e as suas políticas não foram a voto.-----

-----O *líder* do Grupo Municipal do PSD disse que nada têm a opor a estas alterações.-----

-----Pedi também a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* expressando que a Câmara Municipal não tem nada a opor à implementação deste conselho, trata-se de uma questão de oportunidade e embora seja uma recomendação fica já a resposta.-----

-----No que concerne à referência ao Conselho Municipal de Educação trata-se de uma imposição vinda de cima, e quem o conhece sabe que vale o que vale, enquanto que a Rede Local de Educação e Formação é imposta por baixo sendo uma necessidade das pessoas.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se à votação da moção de recomendação em título com as alterações proposta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal.-----

MOÇÃO - PRIVATIZAÇÃO DA EGF, EMPRESA GERAL DO FOMENTO, S.A.:-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa, Sr. António Fortunato leu a moção que a seguir se transcreve:--

-----“No passado dia 30 de Janeiro de 2014, o Conselho de Ministros aprovou o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF).-----

-----Esta empresa pública, cuja totalidade do capital social pertence ao Estado, consubstancia-se numa sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, é responsável por assegurar o tratamento e valorização de resíduos.-----

-----Através de 11 empresas concessionárias — ALGAR, AMARSUL, ERSUC, RESIESTRELA, RESINORTE, RESULTIMA, SULDOURO, VALNOR, VALORLIS, VALORMINHO E VALORSUL — constituídas em parceria com os municípios servidos, são processadas anualmente cerca de 3,7 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), produzidas em 174 concelhos, servindo cerca de 60% da população de Portugal, que corresponde a 6,4 milhões de habitantes.-----

-----Para a área de 19 Municípios da Grande Lisboa e da Região Oeste, a concessionária no tratamento de resíduos é a empresa VALORSUL S.A., que conta com a participação de seis accionistas: EGF, S.A. (56%), Câmara Municipal de Lisboa (18%), Câmara Municipal de Loures (12%), Associação de Fins Específicos AMO MAIS (5%), Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (5%) e Câmara Municipal de Amadora (5%).-----

-----A área de intervenção da VALORSUL corresponde a menos de 4% da área total do país, mas valoriza mais de um quinto de todo o lixo doméstico produzido em Portugal.-----

-----Segundo os relatórios de contas de 2012, tanto a EGF, S.A. como a VALORSUL, S.A., apresentam resultados positivos, fechando as suas contas com lucros significativos.-----

-----Naturalmente, a privatização por parte do Estado da Empresa Geral do Fomento, terá efeitos imediatos na privatização dos 56% de capital da VALORSUL S.A..-----

-----A intenção de privatização da EGF S.A. e os contornos da mesma operação, não foram discutidos, debatidos ou negociados com os municípios accionistas.-----

-----A presente questão agrava-se, ainda, devido à vocação do serviço prestado pela VALORSUL ser de cariz monopolista, sendo esta uma actividade em que os municípios são, simultaneamente, accionistas, clientes — pagam uma taxa de cerca 20€tonelada de lixo indiferenciado — e fornecedores — dado que o lixo destes municípios é a principal matéria-prima para a actividade económica e empresarial da VALORSUL e da EGF.-----

-----O processo de privatização deste sector, já de si inequivocamente condenável por princípio, não contempla sequer a possibilidade dos municípios co-accionistas dos sistemas, exercerem direito de compra das acções detidas pela EGF nas concessionárias.-----

-----As consequências directas e indirectas derivadas deste processo de privatização podem, ainda, contemplar sequelas negativas para a qualidade do serviço, o aumento dos tarifários às populações, a diminuição de postos de trabalho e impactos ambientais negativos.-----

-----Tendo em conta a decisão unilateral do Governo de privatizar 100% da participação estatal no grupo EGF, Empresa Geral do Fomento, de que a VALORSUL faz parte, 19 dos municípios accionistas/clientes daquela empresa multimunicipal de tratamento de resíduos decidiram condenar a opção do executivo e solicitar ao Presidente da República que vete o Decreto-lei recentemente aprovado em Conselho de Ministros.-----

-----Esta posição política conjunta, que a Câmara Municipal de Torres Vedras assumiu como parte interessada, sairá reforçada ao ser secundada pelo apoio desta Assembleia Municipal.-----

-----A EGF e a VALORSUL são hoje empresas com rentabilidade comprovada, construídas exclusivamente com dinheiros públicos e este processo de privatização que o Governo tenta levar a cabo não encontra qualquer justificação plausível na visão do município de Torres Vedras.-----

-----Com base nos considerandos expostos, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida na

sua sessão de 20 de Fevereiro de 2014, delibera:-----

----Pronunciar-se sumariamente contra o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A., e subsequente privatização da maioria do capital da VALORSUL, S.A.;-----

----Considerar injustificável a actuação do Governo para com os municípios, accionistas, clientes e fornecedores da VALORSUL S.A., não tendo, nomeadamente, a Câmara Municipal de Torres Vedras sido ouvida ou consultada sobre esta matéria;-----

----Apoiar a actual posição dos 19 municípios que já se revelaram contra a privatização da VALORSUL, S.A.;-----

----Endereçar cópia desta Moção aos vários Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Presidência da República e ao Palácio de São Bento.-----

----Lisboa, 20 de fevereiro de 2014.-----

----O Grupo Municipal do Partido Socialista”.-----

----Em representação do grupo municipal proponente, foi dada a palavra à **Sra. Claudia Ferreira** que reforçou o teor do documento uma vez que estão veementemente contra a intenção do governo privatizar quer a empresa geral, quer a depois a VALORSUL, em virtude desta privatização.-----

----Consideram que há um monopólio natural público, numa área estratégica para o país, e consideram fundamental que o capital da VALORSUL ou maior parte dele permaneça nas mãos dos municípios, possibilidade que não é contemplada neste processo, de modo a evitar a penalização das populações destes territórios, por via do aumento da tarifa praticada, a degradação do serviço e o aumento do custo, ou até mesmo de risco para a saúde pública.-----

----Nenhum dos argumentos tradicionais liberais justificam que a VALORSUL seja uma empresa privada. Esta apresentou nos últimos anos resultados líquidos positivos e é um sistema eficiente que tem permitido a diversos municípios da região de Lisboa e do Oeste uma tarifa para tratamento dos resíduos relativamente baixa quando comparada com outras.-----

----O líder do Grupo Municipal do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrou o início da Resioeste, as negociações para que fosse absorvida pela VALORSUL, e de se ter chegado à conclusão que foi a melhor solução, em termos económicos, ambientais e ainda pela dimensão da tarifa como refere a moção.-----

----Não tem nada contra a manutenção de entidades públicas, no setor público ou no setor privado, no entanto nunca o verão a votar favoravelmente a privatização da água. -----

----Não vê qualquer problema na privatização da EGF, não acredita que o serviço vá deixar de ser bom, assim como não acredita que o preço tenha um aumento significativo.-----

----Lembrou que noutras circunstâncias a autarquia não teve qualquer problema em entregar a empresas privadas áreas estratégicas do nosso concelho, voltando a referir a famosa TVPar.-----

----Concluiu dizendo que o PSD não sente necessidade de votar favoravelmente esta moção.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** representante do CDS-PP disse que partilhava das ideias do PS e de algumas preocupações do PSD.-----

-----O CDS entende que deve ser dada a possibilidade à iniciativa privada e que o Estado por si só não é um gestor de referencia mas no entanto, existem sectores que o estado deve intervir, deve estar e deve regular.-----

-----Assim e porque partilha muitas das preocupações que aqui foram levadas à discussão irá votar favoravelmente.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que não estão a falar de um parque empresarial que possa ser feito por qualquer pessoa individual, coletiva, instituição ou autarquia, pelo que não tem comparação possível comparar a TVPar à VALORSUL.-----

-----Defendeu que estão a falar da privatização de um monopólio, no qual não há concorrência.-----

-----Deu nota que veio de uma reunião em que estiveram presentes todos os municípios do país que unanimamente estão preocupados com o facto de o diploma legal não garantir nem a tarifa, nem os acordos parassociais através dos quais as Assembleias Municipais deram autorização para que as Câmaras Municipais aderissem e os mesmos irão morrer com a privatização.-----

-----Deu nota ainda que qualquer entidade pode comparar ações detidas pela EGF nas concessionárias, menos os municípios co-accionistas dos sistemas e ninguém sabe explicar qual a razão.-----

-----Assinalou que os municípios pagavam uma tarifa de €40,00 e com a VALORSUL passaram a pagar cerca de €20/tonelada de lixo e sem que a Assembleia Municipal seja consultada vão ser sócios de uma entidade que não escolheram. A Assembleia teve que aprovar para entregar a uma entidade pública e agora, sem ser consultada passa para uma privada.-----

-----Voltando à comparação com a TVPar feita pelo líder do PSD, frisou que se na altura votaram contra a criação desta empresa porque era dar terrenos a uma entidade privada agora também deviam votar contra entregar os lixos a um privado.-----

-----Reafirmou que é uma preocupação que os municípios têm e sobre o qual irão falar a uma só voz, pois não vai ser fácil para ninguém porque com a privatização não vão ter as tarifas que têm agora.--

-----Lembrou que estão a falar de empresas lucrativas, não estão a falar de empresas deficitárias. O interesse é tão grande que dentro da EGF só estão a falar da privatização dos lixos e quem irá pagar são eles enquanto produtores de lixo.-----

-----Assim, devem ter atenção a este processo e acautelar o futuro.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, disse ser sensível aos argumentos do edil, e tendo em conta os esclarecimentos que deu sobre os pactos sociais e sobre a impossibilidade dos municípios poderem adquirir ações, irão abster-se.-----

-----Sobre a questão da TVPar e de ser público lembrou que o Sr. Presidente da Câmara disse na

altura que nas sociedade comerciais há as chamadas “minorias de bloqueio” e o facto de a EGF ter 56% não quer dizer que os outros 44% sejam inertes. Há certas decisões que não podem ser tomadas e os outros 44 % têm voto na matéria.-----

----Concluídas as intervenções, passou-se à votação.-----

----A Assembleia Municipal, aprovou, por maioria a moção sobre a Privatização da EGF, Empresa Geral do Fomento, S.A.-----

----Ao abrigo do art.º 23.º do Regimento foi dada a palavra ao público inscrito para intervir:-----

MOBILIDADE – ALTERAÇÕES AO ESTACIONAMENTO:-----

----A *munícipe Sílvia Rosa* começou por dizer que na semana passada entregou uma petição os Sr. Presidente da Câmara, relacionado com o assunto em título. Já foram referidas algumas questões que então lhe colocou, mas os torrienses estão preocupados com o alargamento da rede de estacionamento e com o efeito que isso pode causar nas suas economias.-----

----O edil também disse que sem aplicar não sabe o que vai acontecer, mas assim correm o risco, de ter que dizer que se enganaram, prejudicaram a vida de algumas pessoas e terem que voltar atrás.-

----Também há a questão do critério da aplicação de algumas medidas. O terminal rodoviário não foi deslocado, foram apenas construídas ciclovias e existem bicicletas, quando a cidade não tem as condições e segurança para tal.-----

----Considera que o processo está invertido, pois deviam ter regulado primeiro o trânsito para depois serem criadas as infraestruturas e as bicicletas. A população gostaria de ter um compromisso por parte da Câmara Municipal de critérios rigorosos na aplicação destas medidas.-----

----A *munícipe Claudia Lopes* disse que também vinha falar da proposta de alteração ao regulamento. Apesar de já ter sido dito que não é um assunto novo e que já vem sendo trabalhado há bastante tempo, acha que apanhou um pouco de surpresa a maioria dos torrienses.-----

----Entende que este assunto não foi divulgado o suficiente e deveria ter havido uma maior preocupação em avisar e comunicar mais atempadamente aos torrienses. Realmente surgiu um folheto, mas foi há pouco tempo e estas propostas deveriam ter sido apresentadas muito mais cedo.--

----Olhando para o panorama do país, verificam que muitas famílias andam com dificuldades, tentam pagar as suas despesas, mas há falta de dinheiro e muitas são obrigados a viver ou voltar para casa de seus pais.-----

----De seguida colocou algumas dúvidas referindo-se concretamente à questão de só serem permitidos dois selos por residência e no caso de viverem 4 adultos numa habitação com 4 veículos o que se faz com os outros dois.-----

----Também questionou se a Câmara não está preocupada com a dupla tributação, decorrente do pagamento dos selos mais a despesa resultante de estacionar noutros locais.-----

----Verificam que há muitas lojas que estão a fechar ou seja há pouco comércio, há dificuldades,

pelo que se interroga se não deveriam atribuir selos gratuitos aos comerciantes.-----
----Deu nota ainda que os parquímetros anunciam o pagamento de €0,60, mas o folheto refere €0,30 o que faz com que os moradores vivam num clima de grande incerteza.-----
----Para concluir disse que gostariam que houvesse um debate mais alargado, mais informação às pessoas e quando existem muitos municípios que tentam atrair pessoas e investimento, não sabe se estas medidas vão atrair investimento para a cidade de Torres Vedras.-----
----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por esclarecer que as máquinas estão com a taxaço que está em vigor ao dia de hoje, uma vez que só serão atualizadas se a Câmara e a Assembleia aprovarem a taxaço proposta.-----
----Fez notar que das 119 reclamações recebidas não há uma sobre as taxas, e a menos que algum vereador faça alguma proposta de alteração, está proposto a 1.ª hora a 30 cêntimos, a 2.ª a 50 e 3.ª e 4.ª hora a €1,00. Qualquer uma destas horas está fraccionada em períodos de 10 minutos.-----
----Costuma dizer que há um tempo para dialogar, um tempo para projetar e um tempo para executar e estão a chegar ao tempo para executar. A experiência diz-lhes que a execução não vai ser absoluta no sentido de ser uma formula mágica que vai resolver tudo e intocável pelo que tem a certeza absoluta que vai haver muitas correções.-----
----Anotou que a discussão pública, aponta já para algumas correções que os técnicos concordam e que o Executivo na próxima reunião deve alterar.-----
----Não podem dizer que não se deve mexer em nada, e só quem não anda na cidade a pé ou de carro é que é capaz de dizer que está tudo bem. Podem haver diferentes soluções e podem ter que fazer ajustamentos.-----
----Aproveitou para dar algumas notas sobre uma visita que fizeram a Pontevedra que é a cidade mais premiada em termos de mobilidade na Europa e que tem um sistema totalmente diferente do que vão implantar.-----
----Também disse que têm uma grande expectativa em que com uma fiscalização municipal as coisas possam melhorar no sentido de que as pessoas respeitem as regras e respeitam o seu semelhante, que é algo que não se verifica agora.-----
----Pretende-se que a circulação melhore, com a filosofia de cada um ter o seu sítio, e que quem vem à cidade para uma curta duração, possa encontrar um lugar perto e possa pagar uma quantia que não os penalize. -----
----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----
----Teve início o Período da Ordem do dia.-----

Ponto aditado:-----

**SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DELIBERATIVO –
FIXAÇÃO DO VALOR, AO ABRIGO NO N.º 1 DO ART.º 17.º DA LEI 29/87, ALTERADA**

PELA LEI N.º 52-A/2005 DE 10.10:-----

-----Presente informação 39/2014 de 18 de fevereiro da Secção de Contratação Pública a alertar que nos termos previsto na Lei n.º 29/87 de 30.06, alterada pela n.º 52-A/2005, de 10.10, os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o seu valor e a informar sobre a apólice existente, no sentido de que a Assembleia deverá fixar os valores a vigorar no atual mandato.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* deu nota dos montantes e coberturas da apólice existente, no sentido de que poderiam fixar os mesmos valores e não se tendo registado intervenções, passou à votação.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar os seguintes montantes e coberturas:-----

-----“ Morte ou invalidez permanente por acidente - €150.000,00-----

-----Despesas de tratamento, transporte sanitário e repatriamento por acidente - €7.500,00-----

-----Incapacidade temporária por acidente -€37,00-----

-----Despesas de funeral por acidente - €1.500,00-----

-----Anota-se que estavam ausentes aquando da votação os membros João Pedro Gomes, Ana Fiéis, Susana Neves, Cláudia Ferreira e Marco Claudino.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 1275 da Câmara Municipal de 12 de fevereiro, a remeter a revisão em título, solicitando o agendamento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de criar e dotar a rubrica para pagamento dos juros referente a empréstimo de curto prazo alusivo a contrato celebrado com o BPI e referente ao contrato de financiamento sob a forma de abertura e crédito celebrado com o IHRU.-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade a 1.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2014.-----

-----Anota-se que estavam ausentes aquando da votação os membros João Pedro Gomes, Ana Fiéis, Cláudia Ferreira Susana Neves e Marco Claudino.-----

PONTO 2 – AUTORIZAR, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 77.º DA LEI 73/2013, DE 3.09, QUE A CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PREVISTA, NO N.º 3 DO ART.º 76, SEJA EFETUADA EM TERMOS AUTÓNOMOS:-----

-----Presente ofício número 1276, da Câmara Municipal de 12 de fevereiro a informar que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no n.º 3 do artigo 76º dispõe que os documentos de prestação de contas

são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas. O n.º 3 do artigo 77 da Lei acima mencionada estipula que, no caso dos municípios, a certificação legal de contas individuais inclui os serviços municipalizados, sem prejuízo de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, no sentido da realização da certificação legal de contas destas entidades poder ser efetuada em termos autónomos, o que propõe em conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo Executivo em sua reunião de 11/02/2014. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de manter a certificação legal de forma autónoma.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar, nos termos do n.º 3 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3.09, que a certificação legal de contas do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento prevista, no n.º 3 do art.º 76, seja efetuada em termos autónomos.-----

-----Anota-se que estavam ausentes aquando da votação os membros João Pedro Gomes, Ana Fiéis, Cláudia Ferreira e Marco Claudino.-----

PONTO 3 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – EMPRÉSTIMO IHRU - PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR - MAIS BOAVISTA E EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO:-----

-----Presente ofício número 1278 da Câmara Municipal de 12 de fevereiro a informar que tendo o órgão deliberativo em 19 de dezembro do ano findo, autorizado o empréstimo em título, o qual é de 30 anos com um período de carência de 10 anos, remetem o processo com vista à assunção do compromisso plurianual envolvido, de acordo com o plano de pagamentos de juros e amortizações, que se considera integralmente reproduzido e que ficará arquivado em pasta anexo ao livro de atas.--

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que a Assembleia aprovou na última sessão um empréstimo contraído com condições muito favoráveis com o IHRU sendo necessário prever o compromisso plurianual inerente ao mesmo. -----

-----Pedi a palavra a líder do Grupo Municipal do PCP, *Sra. Teresa Oliveira* para dizer que importa sublinhar que a contração deste empréstimo se deve ao incumprimento por parte do atual governo que, alegando falta de verbas renunciou ao acordo quando o projecto já estava em curso obrigando a autarquia a endividar-se para completar a obra. É mais um exemplo da forma airosa como o governo

se descarta das suas obrigações para com as populações, evidenciando as suas prioridades.-----

-----É claro que se fosse necessário dinheiro dos contribuintes para tapar buracos de “BPNs” ou outros buracos afins o dinheiro aparecia, mas não aparece para dar mais valor às câmaras e trabalhar em prol da população. -----

-----Terminadas as intervenções, passou-se de imediato a votação.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual – Empréstimo IHRU - Programa Reabilitar para Arrendar - Mais Boavista e equipamentos coletivos no Centro Histórico de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam ausentes aquando da votação os membros Rui Prudêncio, João Pedro Gomes, Ana Fiéis, Cláudia Ferreira e Marco Claudino.-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NO N.º 1 DO ART.º 13.º DO DECRETO -LEI N.º 307/2009 DE 23.10 NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 32/2012 DE 14.08:-----

-----Presente ofício número 791, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de janeiro último a informar que em 21.06.2013 a Assembleia Municipal aprovou a ARU em título, a qual se encontra em vigor desde 19.07.2013. Tendo por base os fundamentos constantes da informação da DOT que se considera integralmente reproduzida, deliberou em 23.01.2014 aprovar a ampliação da referida ARU e remetê-la para aprovação tendo presente as competências do órgão deliberativo nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que têm uma Área de Reabilitação Urbana confinada ao perímetro do Plano de Pormenor da Zona Histórica e pretende-se alargar esse perímetro para o lado de lá do rio até à capela de Nossa Senhora dos Amiais, ocupando a área de intervenção Pólis. -----

-----Tem uma razão técnico-financeira relevante uma vez que têm todas as possibilidades de candidatar a obra Pólis a um concurso que está aberto até meados de março, ainda ao abrigo do QREN mas só são admissíveis candidaturas que estejam no interior de áreas de reabilitação urbana.-

-----O Presidente da União de Freguesias de Torres Vedras e Matacães, *Sr. Francisco Martins* disse que depois de ler a informação, ficou com a sensação que esta ampliação visava a possibilidade de se candidatarem a fundos comunitários extras, tal como foi esclarecido pelo Sr. Presidente-----

-----A ampliação também tem a lógica de uma unificação do território, pois o mesmo não deveria parar no rio Sizandro e faz todo o sentido.-----

-----Concluídas as intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Ampliação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam ausentes aquando da votação os membros João Pedro Gomes, Ana Fiéis,

Cláudia Ferreira Ana Cristina Moreira e Marco Claudino.-----

PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A ZONA DE BOAVISTA/OLHEIROS NA CIDADE DE TORRES VEDRAS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NO N.º 1 DO ART.º 13.º DO DECRETO -LEI N.º 307/2009 DE 23.10 NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 32/2012 DE 14.08:-----

-----Presente ofício número 1277 da Câmara Municipal de 12 de fevereiro, a remeter a proposta em título, em conformidade com o deliberado com o Executivo em 11.02.14 tendo presente as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que tal como no assunto anterior, a primeira razão desta proposta de delimitação, que se confina ao bairro social da Boavista/Olheiros mais a escola até aos terrenos junto à coletividade, tem a ver com a possibilidade poderem vir a candidatar as obras que já estão praticamente concluídas à regeneração urbana. Se a candidatura for aprovada escusam de utilizar na totalidade as verbas do IHRU.-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* referiu que após a aprovação do ponto anterior e com a proposta em discussão, vai ficar a zona do Matadouro e alguns bairros habitacionais, que necessitam reabilitação urbana, e não faz sentido ficar esta “ilha” no meio de duas áreas intervencionadas. Assim o PCP propõe que logo que possível esta área seja requalificada, o que seria uma mais valia para a cidade.--

-----A *Sra. Susana Neves* manifestou a sua satisfação com a discussão deste ponto e mais ainda que a DOT se tenha preocupado em utilizar a ARU como instrumento integrador deste bairro social, que no presente tem imensas potencialidades, mas há quem continue infelizmente a ter uma visão estigmatizada, esquecida do potencial e riqueza cultural e de vida que este bairro suporta.-----

-----Recuando à sua génese lembrou que o bairro nasceu em 1987 para acolher maioritariamente famílias desalojadas, nomeadamente derivada às grandes cheias de 1981 e 83, para acolher famílias de retornados carenciados e famílias de grandes vulnerabilidades a nível económico.-----

-----Na altura o IGAPHE quis ficar com a gestão habitacional, que na prática falhou, tendo em 2005, com a extinção deste instituto o município de Torres Vedras herdado o total dos fogos deste bairro mas a herança não foi de facto a melhor. Quando diagnosticada a situação urbana e habitacional do bairro os custos de reabilitação apontavam para cerca de €1.200.000,00.-----

-----Deu nota que o alcance no mínimo de 50% do valor a fundo perdido era possível através da candidatura do PROHABITA, que foi aprovado em 2009, mas o atual governo deixou de querer financiar e daí no ponto 3 da ordem de trabalhos estarem a aprovar compromissos plurianuais.-----

-----Reportou-se à imensidão de projectos que neste momento existem na zona tais como, hortas comunitárias, clube sénior, mexa-se para a vida, curto circuito, super jovens, projecto de fomento das relações parentais e de gestão da vida doméstica, às escolas que muito têm contribuído para

diminuir o absentismo escolar, ao centro de intervenção comunitária que tem gerido a maioria dos projectos que elencou e à associação recreativa que lá está em presença.-----

-----Declarou que o município teve a preocupação de escutar esta população, que quer segurança, quer um condomínio organizado, quer acessibilidades, querem sentir-se incluídos e querem ser tão centrais como as pessoas que vivem na restante cidade de Torres Vedras.-----

-----Dito isto e porque se pretende, com esta aprovação obter âncoras para a construção de uma centralidade cívica e urbana em Boavista/Olheiros o grupo municipal do PS aplaude a delimitação da ARU para o quarteirão urbano em questão.-----

-----O autarca da União de Freguesias de Torres Vedras e Matacães, *Sr. Francisco Martins* agradeceu as palavras sobre o bairro Boavista/Olheiros. Ouve-se muito falar em “bairro” mas trata-se de uma localidade onde vivem cerca de 2000 pessoas e onde existe uma escola profissional, uma escola secundária que é sede de agrupamento, existem creches e jardim de infância.-----

-----Pensa que devem visitar o bairro e ver que é uma terra como outra qualquer.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse estar de acordo com o PCP, e informou que os serviços técnicos da autarquia já estão a trabalhar numa ARU que agrupe o Choupal ao Bairro Reis, para requalificação urbana e social.-----

-----Anotou que tem perfeita consciência que existem duas zonas distintas na cidade, uma do lado de cá e outra do lado de lá, mas o bairro Boavista/Olheiros não tem nada a ver com o que era antigamente. Os estabelecimentos de ensino ali construídos foram sabiamente instalados e revolucionaram aquela vivência.-----

-----Terá que se fazer um grande esforço de equilíbrio da cidade entre o sul e o norte fazendo com o lado norte seja cada vez menos bairro e mais cidade. -----

-----Deu nota ainda que a extensão das “agostinhas” neste bairro não é por mero acaso, vem numa estratégia inclusiva que é fundamental.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para a zona de Boavista/Olheiros na cidade de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam ausentes da sala Claudia Ferreira e Ana Cristina Abreu.-----

PONTO 6 - RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL – LAR DE IDOSOS - CASAL MIL HOMENS – CASAL NOVO - MELROEIRA – FREGUESIA DO TURCIFAL, REQUERIDO POR JOSÉ MANUEL DA SILVA TABORDA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS IO 10//2013 TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NO N.º 1 DO ART.º130.º DO PDMTV EM VIGOR:-----

-----Presente ofício número 413 da Câmara Municipal de 17 de janeiro a remeter o processo em

título para a Assembleia ratificar, tendo presente as suas competências nesta matéria e a informar que deliberou considerar a construção em causa de interesse municipal estabelecendo as condições a observar em sede de licenciamento, que se consideram integralmente reproduzidas.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que tem sido estratégia da Câmara Municipal conceder interesse municipal quando são equipamentos sociais. Trata-se de um pedido de informação prévia ou seja há a intenção de construir e a deliberação foi no sentido de o requerente apresentar o projeto, no prazo de um ano sob pena de caducidade da declaração de interesse municipal concedido.-----

----Pedi a palavra o **Sr. João Bernardes** dizendo que o grupo municipal do PCP tem como princípio que o Interesse Municipal não deveria ser generalizado e parece-lhes que cada vez mais se está a banalizar este procedimento.-----

----Assim questionam se este projecto não poderá ser feito em áreas urbanizáveis. O projeto em causa parece-lhes um lar de luxo e não existe nele um verdadeiro interesse municipal que sirva os interesses da população, mas sim um interesse privado, pelo que vão votar contra.-----

----A **Sra. Susana Neves** manifestou o seu agrado com o facto estar inerente a este pedido a observância de itens que zelam pelo cumprimento de medidas que adornam qualquer impacto geográfico territorial ambiental, acessibilidades, normativos, segurança social, saúde, assim como de terem uma declaração de interesse que *per se* sujeita-se ao princípio da caducidade.-----

----Entende que o princípio da caducidade expressa imediatamente na sua génese uma preocupação pela própria qualidade dos cuidados ao público alvo que este tipo de equipamento vai servir e por isso, sem dúvida, esta matriz de temporalidade se torna um critério muito importante.-----

----Deixou também algumas palavras referentes às necessidades de equipamentos sociais, cuidados continuados e cuidados articulados em parceria com os lares já existentes.-----

----Pensa que é necessário instruir, educar, trabalhar, junto destes empresários uma atitude mais visionária, regida num diagnóstico do nosso concelho que existe, e considerar até, como mais uma condição a observar em sede de licenciamento, o existente contacto prévio com o técnico coordenador da rede social, isto até sob a égide de não verem proliferar equipamentos cuja filosofia de ação é a prestação de cuidados privados sem foco para os cuidados diferenciados e sem qualquer responsabilidade social, não correndo ainda o risco destes equipamentos construírem-se e depois nem chegarem a abrir.-----

----Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em apreço.---

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 36 votos a favor e 4 votos contra ratificar a declaração de interesse municipal, para construção de equipamento social – Lar de Idosos - Casal Mil Homens – Casal Novo - Melroeira – Freguesia do Turcifal requerido por José Manuel da Silva Taborda, referente ao processo de obras IO 10//2013.-----

----Anota-se que votou contra o Grupo Municipal do PCP.-----

PONTO 7 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DO SOCORRO E ARCHEIRA PREVISTO NA ALÍNEA B) DO ART.º 11.º DO SEU REGULAMENTO:-----

-----Presente ofício número 13499, da Câmara Municipal de 26 de dezembro do ano transato a solicitar a indicação de um representante para integrar o conselho consultivo acima identificado.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que tinha na mesa a seguinte proposta: -----

-----“Propõe-se como representante desta Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira previsto na alínea b) do art.º 11.º do seu regulamento, o membro da Assembleia: Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

-----Grupo Municipal do PS”-----

-----Procedeu-se seguidamente à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 55 da 75/2013 de 12.09, com o seguinte resultado:-----

-----Sim – 28 votos.-----

-----Não – 1 voto.-----

-----Branco – 11 votos.-----

-----Eleito para integrar o Conselho Consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira, Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

PONTO 8 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM A ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DA LEI 7/2003, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 41/2003 DE 22.08:-----

-----Presente ofício número 729 da Câmara Municipal, de 31 de janeiro último, a solicitar a eleição de um presidente de junta representante das freguesias do concelho para integrar o concelho em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* leu a proposta que tinha sido entregue na mesa, a qual se transcreve:--

-----“Propõe-se para integrar o Concelho Municipal de Educação, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do art.º 5.º da lei n.º 7/2003, na redação dada pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto o membro desta Assembleia: Carlos Alberto Alves Gomes, presidente de junta de freguesia de S. Pedro da Cadeira.--

-----Grupo Municipal do PS.”-----

-----Procedeu-se seguidamente à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 55 da 75/2013 de 12.09, com o seguinte resultado:-----

-----Sim – 29 votos.-----

-----Branco – 11 votos.-----

-----Eleito para representar as freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação o Sr.

Carlos Alberto Alves Gomes, Presidente de Junta de S. Pedro da Cadeira.-----

PONTO 9 – NOMEACÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O MANDATO DE 2013/2017, EM CUMPRIMENTO DO ART.º 6.º DA LEI 7/2003:-----

-----Presente ofício número 729 da Câmara Municipal, de 31 de janeiro do ano findo, a solicitar a nomeação de todos os elementos constituintes do Conselho Municipal de Educação para o período coincidente com o atual mandato autárquico, e a remeter proposta de composição.-----

-----Relativamente ao que é solicitado neste ponto o *Sr. José Augusto de Carvalho* começou por assinalar que não podiam nomear quem já foi nomeado, por isso tratava-se de um voto de confirmação ao qual o PS dava voto favorável.-----

-----Atenta a importância que atribuem às questões de educação e porque quando se fala educação só se aponta o dedo aos professores e nem sempre com bons propósitos, aproveitou este assunto para dizer que pais, alunos e a sociedade deviam repensar a atitude, o papel e o eventual compromisso que queiram assumir quanto à educação.-----

-----Devem refletir sobre o valor da educação e quanto os professores são imprescindíveis e sem os quais não há hipótese de sucesso educativo.-----

-----Assim, e porque a função de professor é dura, é necessária, para além de mal paga, apelou a que os professores continuem a resistir, perante injustiças, perante as dificuldades que têm enfrentado nestes tempos de crise também de valores.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* interveio para reiterar que os professores são o que de melhor que há nas escolas, e deles muito dependem os nossos filhos para que consigam ultrapassar as limitações que a sociedade lhes impõe. Infelizmente com as crises da sociedade, económicas e tudo mais, cabe aos professores fazer muito mais do que lhes é incumbido.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo se passou à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a seguinte composição do Conselho Municipal de Educação para vigorar no atual mandato.-----

-----a) Presidente da Câmara Municipal - Carlos Manuel Soares Miguel;-----

-----b) Presidente da Assembleia Municipal - Alberto Manuel Avelino;-----

-----c) Vereadora da Educação - Laura Maria Jesus Rodrigues, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos;-----

-----d) Presidente de Junta de Freguesia - Carlos Alberto Alves Gomes;-----

-----e) Em substituição do director regional de educação com competências na área do município - Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa;-----

-----De acordo com o nº2 do artº 5º do Dec-Lei 7/2003:-----

-----a) Representante das Instituições de Ensino Superior Público - Não aplicável.-----

-----b) Representante das Instituições de ensino Superior Privado - Casimiro Ramos (Instituto

Superior Politécnico do Oeste);-----

----c) Representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público - João Manuel Ferreira Alves (Agrupamento de Escolas de Madeira Torres) e em sua substituição Ana Paula Faria (Agrupamento de Escolas de Henriques Nogueira);-----

----d) Representante do pessoal docente do Ensino Básico Público - Joaquim Pinto Gonçalves (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias) e em sua substituição Ana Maria Cláudio (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias);-----

----e) Representante do pessoal docente da Educação Pré-Escolar Pública - Claudina Luísa Ferreira Horta (Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo) e em sua substituição Joaquina Lagareiro Franco (Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo);-----

----f) Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundários privados Joaquim Raúl Farto (Externato de Penafirme) e em sua substituição Sílvia Maria Agostinho de Sousa Rosa (Creche e Jardim de Infância de S. Vicente);-----

----g) Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação - Arlindo Emanuel Pinto Barros da Costa Pereira (Associação de Pais Padre Francisco Soares) e Cecília Pires da Costa dos Santos Nazaré (Associação de Pais Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira) e em substituição Rute Maria Gomes Santos (Associação de Pais Agrupamento Escolas S. Gonçalo) e Ana Carla Marques João (Associação de Pais EBI Maceira);-----

----h) Representante das Associações de Estudantes - Filipe André Cera Lourenço (Associação de Estudantes da Escola de Serviços e Comércio do Oeste) e em sua substituição Luísa Maike Buss (Associação de Estudantes do Externato de Penafirme);-----

----i) Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam actividades na área da educação Susana Pereira Rodrigues e em sua substituição Carla Marina Frederico Antunes Soares (ambas do Centro Social e Paroquial da Silveira);-----

----j) Representante dos Serviços Públicos de Saúde - Cecília Louzeiro (Centro Saúde de Torres Vedras);-----

----l) Representante dos Serviços de Segurança Social - Cidália Dores Lopes Soares;-----

----m) Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional - Célia Roque;-----

----n) Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e Desporto - Carlos Manuel dos Reis Alves Pereira e em sua substituição João Manuel Perestrelo Leite (ambos do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP - DRLVT);-----

----o) Representantes das forças de segurança - Sr. Capitão Jorge António de Jesus Soares da Cunha dos Santos Cardoso (GNR) e em sua substituição Alferes Maria do Carmo Oliveira Rodrigues (GNR) e Agente Fernando Nuno Franco Pereira (PSP).-----

PONTO 10 - APRECIACÃO DE UMA INFORMACÃO DO SR. PRESIDENTE DA

CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente informação referente à actividade do município, em Janeiro e Fevereiro de 2014 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, onde informa que a dívida a fornecedores em 18 fevereiro é € 2.396.557,98 e o saldo de tesouraria €1.103.101,77.-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse quais as conclusões resultantes da reunião que teve hoje na ANMP sobre a privatização da EFG, uma vez que foi veiculado na comunicação social que a Câmara de Lisboa e mais alguns municípios, impugnaram a medida.-----

-----Contrariamente a esta informação o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que na última reunião dos municípios que compõem a Valorsul, onde Lisboa se insere, discutiram outro tipo de propostas que não qualquer impugnação judicial.-----

-----Na reunião promovida hoje pela ANMP, souberam que alguns sistemas já estão preparados para impugnações judiciais ao próprio decreto lei. Foi assente que para além da oposição à forma como o assunto está a ser tratado, cada um dos sistemas analisar *per se* qual era a melhor forma de agirem. Já há um parecer de um dos sistemas no Minho, a indicar que o decreto lei é inconstitucional.-----

-----Por fim informou que a Câmara Municipal de Lisboa ficou de marcar uma reunião a curto prazo para analisarem formas de atuação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23.30horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
